

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PROMOVER A CONVIVÊNCIA COM AS SECAS

Hozanana Pereira Nunes¹; Xenusa Pereira Nunes¹; Gáudia Maria Costa Leite Pereira²; Xirley Pereira Nunes¹

¹Escola Estadual de Ensino Fundamental Murilo Braga, xenusa@bol.com.br

¹Prefeitura Municipal de Casa Nova - Bahia, xenusa.nunes@gmail.com

²Universidade Federal do Vale do São Francisco, gaudiacosta@gmail.com

¹Universidade Federal do Vale do São Francisco, xirleypn@gmail.com

- Introdução:

À medida que os impactos das mudanças climáticas resultam em eventos mais extremos (como secas e inundações), a necessidade de entender quais políticas facilitam a adaptação eficaz da mudança climática torna-se crucial (MARGOT e JOYEETA, 2016).

Dentre os fenômenos climáticos a seca é considerada um dos mais complexos e menos compreendidos, afetando mais pessoas que qualquer outro perigo natural (MANCAL, 2016).

As secas já foram associadas à fome e mortalidade no Brasil, na China e na Índia e em aproximadamente sete a oito países africanos, bem como associadas a perdas econômicas na agricultura em países como a Austrália, os Estados Unidos e a Inglaterra. Em ambos os casos, o desenvolvimento das políticas públicas geralmente requer investimentos públicos significativos, estimulando debates na mídia e nas comunidades acadêmicas (CAMPOS, 2015).

Sendo assim, o presente estudo se justifica por permitir uma reflexão sobre a existência de políticas públicas no enfrentamento da seca.

O artigo objetivou investigar, na literatura científica, informações sobre as políticas públicas desenvolvidas para minimizar as consequências da seca.

- Metodologia:

Foram selecionados artigos das bases de dados LILACS, MEDLINE e SCIELO, publicados no período de 2001 a 2016, utilizando os seguintes descritores: “política”, “pública”, “seca”. As bases de dados foram escolhidas utilizando-se como critério a presença de artigos que abordavam o tema da presente revisão. O operador booleano utilizado nestas bases foi “AND” e o período de

(83) 3322.3222

contato@aguanosemiarido.com.br

www.aguanosemiarido.com.br



coleta desses dados foi de 12/09/2017 a 14/09/2017. Como critérios de inclusão: a) estudos originais publicados de 2001 a 2016. Como critério de exclusão: a) artigos fora do período especificado e b) artigos que não abordassem o tema. Dois pesquisadores independentes realizaram as buscas. No total, 36 estudos foram selecionados para a presente revisão. Foram realizadas leituras a partir do título, passando pelo resumo e, caso atendesse aos critérios de inclusão, foi realizada a leitura completa do estudo.

- Resultados e Discussão:

Foram encontradas 36 publicações, das quais 28 foram excluídas por não atenderem aos critérios de inclusão.

Na Austrália e na África do Sul os pesquisadores no assunto enfatizam a importância do contributo científico na tomada de decisões políticas para melhorar os sistemas de gestão da seca, desenvolvendo estudos que abordam condições climáticas áridas altamente variáveis. Em Bostwana, o governo federal iniciou um programa de recuperação agrícola de 1992 a 1996. O programa foi considerado bem sucedido e gerenciava recursos de gado e provisões de água para uso humano de emergência (CAMPOS, 2015).

A China também enfrenta problemas em algumas áreas secas. Na política nacional chinesa entre as medidas tomadas pelo governo estão: o controle do consumo total de água, eficiência de irrigação melhorada, restrição de bombeamento de águas subterrâneas, redução da poluição da água e garantia de fundos para projetos de conservação da água (YU, 2011).

Secas persistentes que atormentaram o oeste e sudeste dos Estados Unidos fizeram com que os políticos e as empresas de serviços públicos identificassem opções sensíveis e sustentáveis para gerenciar a água da região, tais como diminuição do desperdício de água e sistema de reaproveitamento de água (MANUEL, 2008).

As secas são recorrentes na história brasileira e, em especial, naqueles estados que formam o chamado "polígono das secas" (FERREIRA e DANTAS, 2001).

Campos (2014) relata que no Brasil:

“A Grande Seca de 1877 a 1879 pode ser considerada como o pior desastre social que já se abateu sobre a sociedade brasileira. Esse desastre propiciou mudanças da maneira como o governo e a sociedade brasileira viam as secas. Foi consequência desse evento a criação de



outra Comissão Imperial para propor soluções para as secas. Essa foi a primeira ação com finalidade de produzir políticas públicas”

Para que as políticas de adaptação às mudanças climáticas sejam bem sucedidas, ou minimizem a desigualdade, é necessário que as dimensões políticas da adaptação local sejam consideradas, porém as estruturas de poder existentes e os conflitos de interesses representam obstáculos políticos ao desenvolvimento de tais políticas (ERIKSEN e LIND, 2009).

Atualmente, no Brasil, os programas sociais implantados pelos governos ao longo dos tempos conseguiram diminuir os impactos da seca sobre as populações. No ano 2010 aconteceu uma intensa seca agrícola que ocasionou repercussões sociais significativas, fazendo com que as instituições evoluíssem no conhecimento sobre a gestão dos estoques de água nos açudes, onde a transposição do rio São Francisco é considerada uma grande obra de infraestrutura hídrica para fortalecimento da oferta de água (CAMPOS, 2014).

Campos (2015) relata que:

“A sociedade brasileira tem lutado para gerir impactos de seca por um longo período de tempo. Felizmente, essa luta foi aliviada, já que os impactos da seca sobre a população rural do nordeste foram bastante reduzidos. Para os sistemas de água móveis, a infraestrutura de reservatório disponível torna o nordeste menos vulnerável à seca hidrológica. Para os sistemas de água fixos, que ainda são altamente vulneráveis, os programas sociais se concentram em transferências condicionais de dinheiro. Atualmente, os cientistas devem determinar como as mudanças climáticas afetarão os sistemas sociais e físicos existentes há mais de um século. Atualmente, os pesquisadores estão tentando responder a tais questões; No entanto, ainda há muito trabalho a ser feito.”

Hoje as secas não provocam fome e processos migratórios nas comunidades rurais do semiárido brasileiro como ocorria antigamente. Porém, isso não significa que a população encontra-se adaptada. Não existe dúvida de que os impactos das secas foram atenuados, o que pode ter ocorrido mais por programas assistenciais, como o Programa Bolsa Família, e menos pela implementação de estratégias de convivência com o fenômeno (MANCAL, 2016).

- Conclusões:

É notório que o desenvolvimento de políticas públicas com o intuito de minimizar os efeitos da seca foram bem sucedidas, porém é necessário mais investimentos em tais políticas.

- Referências Bibliográficas:

CAMPOS, J.N.B. Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos. **Estudos avançados**, v.28, n.82, 2014.

CAMPOS, J.N.B. Paradigms and public policies on drought in northeast Brazil: a historical perspective. **Environ Manage**, v.55, n.5, p.1052-63, 2015.

ERIKSEN, S; LIND, J. Adaptation as a political process: adjusting to drought and conflict in Kenya's drylands. **Environ Manage**, v.43, n.5, p.817-835, 2009.

FERREIRA, A.L.A; DANTAS, G.A.F. Os "indesejáveis" na cidade: as representações do retirante da seca, Natal, 1890-1930. Scripta Nova: **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v.96, n.94, p.17, 2001

MANCAL, A. À espera da seca que vem: capacidade adaptativa em comunidades rurais do semiárido. **R. bras. Est. Pop.**, v.33, n.2, p.257-281, 2016.

MANUEL, J. Drought in the Southeast: lessons for water management. **Environ Health Perspect**, v.116, n.4, p.168-171, 2008.

MARGOT, H; JOYEETA, G. Adaptive Governance, Uncertainty, and Risk: Policy Framing and Responses to Climate Change, Drought, and Flood. **Risk Anal**, v.36, n.2, p.339-56, 2016.

YU, C. China's water crisis needs more than words. **Nature**, v.470, n.7334, p.307, 2011.